

J.M. Pureza

Somos herdeiros de um modo segmentado de ver a regulação. Estado a Estado, é o mandamento que trazemos gravado no nosso olhar e na nossa razão há pelo menos três séculos e meio. A modernidade legou-nos essa forma fragmentada de compreender a governação e, de algum modo, a própria realidade social. Vestefália foi porventura o big bang dessa compreensão moderna. Autonomia interna, independência externa, auto-suficiência, não ingerência, tudo são expressões canónicas desse entendimento que o povo sintetizaria numa divisa muito simples: "cada um por si". Em bom rigor, os dois grandes conceitos operativos associados a esse olhar são os de fronteira e de territorialidade. "Le territoire c'est le pouvoir", proclamou um dia o internacionalista francês Prosper Weil. E com isso ele queria dizer que a ligação íntima – mais do que isso, vital – entre o Estado e o "seu" território constitui a marca de água da modernidade vestefaliana. Essa nota possessiva (o "seu" território) é aliás determinante. O Estado comporta-se para com o território, tradicionalmente, como o proprietário se comporta para com o bem de que é titular: usando um jus utendi, fruendi et abutendi.

O Centro de Estudos Ibéricos é a prova mesma de que este entendimento está longe de se manter intocado. A velha soberania fechada, suspeitosa do vizinho e, por isso, de conteúdos predominantemente defensivos, não pode sobreviver incólume à diversidade de manifestações de dependência e interdependência que atravessam cada vez mais a nossa realidade contemporânea. Interdependência mas também dependência, note-se: não vivemos o mundo angélico em que todos experimentam do mesmo modo a porosidade da soberania, mas antes na realidade das relações sofisticadas de poder, que se disfarçam de dependência recíproca para se materializarem em domínio acrescido.

É certo pois que a velha imagem do castelo fronteiriço – como aqueles que insitem em se mostrar nas aldeias históricas da raia aqui bem perto – está a ceder lugar a outras imagens que convocam outras experiências de fronteira. A imagem do super-mercado pode perfeitamente ser uma delas. Almeida e Vilar Formoso poderiam ser as metáforas destas duas realidades. Na primeira e no seu castelo vê-se a separação, a prudência, a defesa. Na segunda experimenta-se o negócio como inverso da guerra, a união pragmática como inverso da suspeição fria.

Falar hoje de cooperação internaional é realmente falar desta grande diversidade de formas de superar o velho olhar territorialista e vestefaliano. Não com a candura de acreditar que a governação pós-vestefaliana é a expressão da unidade retomada. Mas antes com a sabedoria crítica que reconhece que poder e dependência mútua se dão as mãos na realidade concreta.